



DECOLONIALIDADE E PESQUISA: CONSIDERAÇÕES SOBRE VIVÊNCIAS DECOLONIAIS E DECOLONIZANTES DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE

*DECOLONIALIDAD E INVESTIGACIÓN: CONSIDERACIONES SOBRE
EXPERIENCIAS DECOLONIALES Y DESCOLONIZADORAS DE
ESTUDIANTES INDÍGENAS EN LA UNIVERSIDAD*

*DECOLONIALITY AND RESEARCH: CONSIDERATIONS ON DECOLONIAL
AND DECOLONIZERS EXPERIENCES OF INDIGENOUS STUDENTS AT
UNIVERSITY*

Marcos José de Aquino-Pereira¹

Ana Paula Alves da Silva Wassu-Cocal²

Vanessa Josineide Jacilda da Silva-Atikum³

Resumo:

Este texto traz algumas reflexões ensejadas pela prática do pesquisar com estudantes indígenas e os processos de decolonização da pesquisa, conduzindo à percepção da necessidade da busca por metodologias decoloniais, advindas da construção de povos, comunidades e grupos sociais do Sul Global Epistemológico, historicamente subalternizadas ou obliteradas, que agora revisibilizadas, tem a potência de trazer coerência e marcar o posicionamento de resistência dos(as) pesquisadores(as) que conduzem suas investigações a partir de Abiyala. Neste artigo utilizamos a pesquisa narrativa para apresentar e debater 3 experiências decolonizantes: a pesquisa de doutorado com coautores(as) indígenas sobre o Centro de Culturas Indígenas (CCI), a criação do grupo de pesquisa Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indigagem Abiyala (NALDEIA) e o uso da metodologia indígena *Tehéy* na defesa de Trabalho de Conclusão de Curso por uma estudante indígena.

Palavras-chave: Educação; Pesquisa; Decolonialidade; Estudantes Indígenas.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador do Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indigagem Abiyala (NALDEIA) e do grupo de pesquisa Práticas Sociais e Processos Educativos (PSPE) e sócio-pesquisador da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana (SPQMH). Docente efetivo da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo no Programa de Ensino Integral. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2753-1656>, e-mail: marcosdiaquino@gmail.com

² Mestranda em Gestão da Clínica (UFSCar). Graduada em Fisioterapia (UFSCar). Pesquisadora do NALDEIA e participante do PET Conexões e Saberes Indígenas e do Centro de Culturas Indígenas (CCI), ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5808-1269>, e-mail: anapaulaalvessilva@estudante.ufscar.br

³ Graduada em Educação Especial (UFSCar). Pesquisadora do NALDEIA. Participante do PET Indígena Ações em Saúde e do CCI. Professora na escola Aldeia São Carlos. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4367-3967>, e-mail: vanessajacilda@gmail.com

Abstract

This text brings some reflections prompted by the practice of researching with indigenous students and the processes of decolonization of research, leading to the perception of the need to search for decolonial methodologies, arising from the construction of peoples, communities and social groups from the Epistemological Global South, historically subordinated or obliterated, which are now revisited, has the power to bring coherence and mark the position of resistance of researchers who conduct their investigations from Abiyala. In this article we use narrative research to present and debate 3 decolonizing experiences: doctoral research with indigenous co-authors on the Center for Indigenous Cultures (CCI), the creation of the research group Nucleus of Decolonial Liberation Action and Studies of Being Indigenous Abiyala (NALDEIA) and the use of the indigenous *Tehêy* methodology in the defense of a Course Completion Work by an indigenous student.

Keywords: Education; Research; Decoloniality; Indigenous Students.

Resumen

Este texto trae algunas reflexiones motivadas por la práctica de investigar con estudiantes indígenas y los procesos de descolonización de la investigación, llevando a la percepción de la necesidad de buscar metodologías descoloniales, surgidas de la construcción de pueblos, comunidades y grupos sociales desde la perspectiva epistemológica global. El Sur, históricamente subordinado o borrado, que ahora es revisitado, tiene el poder de aportar coherencia y marcar la posición de resistencia de los investigadores que realizan sus investigaciones desde Abiyala. En este artículo utilizamos la investigación narrativa para presentar y debatir 3 experiencias descolonizadoras: la investigación doctoral con coautores indígenas sobre el Centro de Culturas Indígenas (CCI), la creación del grupo de investigación Núcleo de Acción de Liberación Decolonial y Estudios de Indígena Abiyala (NALDEIA) y el uso de la metodología indígena *Tehêy* en la defensa de un trabajo de finalización de curso por parte de un estudiante indígena.

Palabras clave: Educación; Investigación; Descolonialidad; Estudiantes Indígenas.

Introdução

A escrita deste artigo teve como ponto de partida as reflexões e debates promovidos pela apresentação intitulada “Práticas de pesquisa decolonial com estudantes indígenas da UFSCar”, realizada na disciplina “Decolonialidade, Educação e Pesquisa”, conduzida pelas autoras indígenas e pelo autor não indígena, no mês de janeiro de 2024 e pelos estudos sobre decolonialidade feitos no grupo de pesquisa NALDEIA, formado em sua maioria por estudantes indígenas.

Nossa percepção foi a de que o registro das nossas experiências de descolonização do ato de pesquisar podem servir como apoio e incentivo para que outros(as) pesquisadores(as) do Sul Global⁴ se lancem ao desafio de repensar suas pesquisas sob um olhar que supere perspectivas eurocêntricas tão enraizadas em nossa cultura acadêmica, apontando caminhos que fomos descobrindo e percorrendo, em nosso próprio processo de libertação da colonialidade científica.

Ao trazermos nossas memórias sobre os desafios, dificuldades, descobertas e alternativas em nossa caminhada, nas 3 vivências decolonizantes que nos propomos a apresentar: a pesquisa de doutorado com coautores(as) indígenas sobre o Centro de Culturas Indígenas (CCI), a criação do grupo de pesquisa Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indigagem Abiyala (NALDEIA) e o uso da metodologia indígena *Tehéy* em defesas de Pós-Graduação e Trabalho de Conclusão de Curso. Buscamos mostrar, de forma prática e replicável, as experiências, etapas, elementos e aprendizagens que descobrimos e construímos ao enfrentarmos o passarmos do pensamento, prática e hábitos da pesquisa colonizada para um pesquisar inspirado nas epistemologias indígenas, abrindo assim um horizonte de possibilidades no sentido da criação e desenvolvimento de pesquisas genuinamente suleadoras.

Como entendemos que a prática coerentemente refletida é aquela que se pauta em teorias, fazemos uma breve fundamentação sobre o pensamento decolonial, com o referencial teórico de Gersem Baniwa, Ailton Krenak, Daniel Munduruku, Enrique Dussel, Walter Mignolo, Anibal Quijano, Maldonado Torres, apresentando também algumas críticas de Silvia Cusicanqui. Abordamos também algumas referências sobre o ato de pesquisar.

A seguir apresentamos nossos relatos sobre as 3 experiências, tendo como foco a narrativa das vivências e detalhes relacionados à execução dos projetos, trazendo a motivação para sua realização, as etapas para sua construção, o seu desenvolvimento, e os resultados por nós percebidos.

⁴ Nos referimos ao Sul Epistêmico, que não se restringe ao Sul Geográfico, aos povos, epistemologias e conhecimentos que estão na exterioridade do sistema-mundo, como os povos originários da América Latina, Abiyala, que ficam geograficamente ao Sul, mas também incluindo os povos originários da América do Norte, da África, da Oceania e da própria Europa, que tendo os seus conhecimentos subalternizados pela perspectiva homogeneizante da Colonialidade-Modernidade, estando fora dela, se tornam base para a sua interpelação (SANTOS, 2009; DUSSEL, 2016).

Nas considerações, refletimos sobre os impactos dessas experiências como ações de decolonização promovidas no ambiente universitário, tendo estudantes indígenas como protagonistas, entendendo o âmbito metodológico, e o desenvolvimento e utilização de metodologias decoloniais, como essencial para o processo de decolonização do pesquisar.

Fundamentação Teórica

Ao abordarmos a temática “pesquisa e decolonialidade”, queremos nos remeter a algumas reflexões apresentadas por Brandão de “que deve haver alguma diferença entre: ‘como se pensa o fazer da pesquisa científica’ e o: ‘como se faz a pesquisa científica que se pensa’. Deve haver uma outra, bastante próxima, entre: ‘como se faz uma pesquisa’ e o: ‘como nós vivemos a pesquisa que fizemos’” (BRANDÃO, 2003, p. 2-3).

Fazer a pesquisa que se pensa e vivermos a pesquisa que fazemos, adquire significado singular ao pesquisamos a partir da América Latina/Abiyala, pois logo de início apresenta-se como desafio decolonizarmos o nosso modo de entender e de realizar pesquisas, enquanto pesquisadores(as) de um continente invadido, dominado, colonizado, espoliado e explorado, cujos conhecimentos e epistemologias foram e são marginalizados e subalternizados pelas perspectivas da Colonialidade e Modernidade (DUSSEL, 1979; 2016; MIGNOLO, 2017).

Quando nos referimos à Colonialidade e à Modernidade, entendemos que “colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade” (MIGNOLO, 2017, 1-2), em que, enquanto o Colonialismo é o período histórico, entre os séculos XV e XX, marcado pela dominação, exploração, genocídio, escravização e roubo de recursos naturais por parte de europeus sobre povos dos continentes Abiyala, África e Ásia e depois Oceania, a Colonialidade é a persistência de ideias, visões, ações, estruturas e relações embasadas no Colonialismo, no pensamento colonial ou em suas consequências, de forma que:

o colonialismo precede a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo. A mesma se mantém viva em manuais de aprendizagem, no critério para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso-comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Em um sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131, tradução nossa).

A proposta do Giro Decolonial (MALDONADO-TORRES, 2007) se configura como o movimento de resistência teórica e prática, política e epistemológica, à lógica da Colonialidade e Modernidade. Segundo os(as) pensadores desse movimento, a Colonialidade assume e se manifesta de diferentes formas.

A Colonialidade do Poder é aquela na qual “a ‘racialização’ das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora

fundamental do carácter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjectivo” (QUIJANO, 2009, p. 107). Ela apresenta 6 categorias: a) da classificação social, b) da articulação política e geocultural, c) da distribuição mundial do trabalho, d) das relações de gênero, e) das relações culturais e intersubjetivas, f) dominação/exploração e a corporeidade (QUIJANO, 2009).

A Colonialidade do Saber refere-se ao “sangrento campo de batalha na longa história da subalternização colonial do conhecimento e da legitimação da diferença colonial” (MIGNOLO, 2003, p. 35), o que se relaciona não apenas aos processos de extermínio e resistência dos povos originários na América (KOPENAWA; ALBERT, 2015), como também ao de suas epistemologias e ao processo de sua invisibilização, subalternação e descrédito, objetivando a sua obliteração enquanto conhecimentos diversos e válidos;

A Colonialidade do Ser é o “processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades” (MALDONADO-TORRES, 2008, p. 96), atingindo suas identidades, que são inferiorizadas, promovendo exclusão e exploração, por grupos que se colocam em posição privilegiada e buscam manter essa condição através desse tipo de diferenciação.

Existem muitas outras manifestações da Colonialidade, que são estudadas por pesquisadores(as) como Maria Lugones, que trabalha a colonialidade de gênero e Carla Akotirene sobre a interseccionalidade sob um olhar decolonial, ambas no Feminismo Decolonial, Catherine Walsh e as questões relacionadas à Interculturalidade Crítica, incluindo pesquisas decoloniais em diversas outras áreas como por exemplo sobre os direitos da Natureza, por Eduardo Gudynas.

Também intelectuais indígenas atuam no campo da decolonialidade, em que se considere que os povos originários, apesar de sofrerem os efeitos da Colonialidade e Modernidade, estão além delas e da própria decolonialidade, pois suas epistemologias são anteriores a essas realidades, sendo milenarmente construídas e pautadas em sua ancestralidade.

Muito deles(as) se fundamentam na perspectiva do Bem-Viver, como Blanca Chancoso, David Choquehuanca, Fernando Huanacuni, Luis Macas, Floresmil Simbaña, Pablo Mamani Ramírez e Simón Yampara. Outros(as) apresentam propostas de enfrentamento à Colonialidade a partir das práticas de luta histórica e mobilização popular anticolonial dos povos indígenas e camponeses, como Silvia Rivera Cusicanqui e Esteban Ticona Alejo. No território brasileiro, já chamado Pindorama, pensadores(as) indígenas que ao afirmarem a indigeneidade e divulgarem os conhecimentos ancestrais, debatendo problemas da atualidade que afetam as sociedades indígenas e não indígenas, promovem a decolonialidade com seus escritos e ativismo, como Ailton Krenak, Davi Kopenawa, Graça Graúna, Daniel Munduruku, Gersem Baniwa, Eliane Potiguara, Márcia Kambeba, Auritha Tabajara, entre tantos(as) outros(as).

O Decolonialismo Indígena é um conceito que deriva de uma persistente luta política e epistêmica dos movimentos sociais indígenas. Álvaro de Azevedo Gonzaga Kaiowá, em obra homônima, aborda os 7 mitos do pensamento colonizado que dão nome aos seus capítulos: 1º mito: Colocando os pingos nos Índios: Por que “povos originários” ou

“indígenas”; 2º mito: O arco e flecha; 3º mito: Indígenas não gostam de trabalhar e são preguiçosos, canibais, violentos e matam crianças; 4º mito: Indígenas possuem muitas terras; 5º mito: Indígenas estão desaparecendo no Brasil; 6º mito: Ah, que saudades dos militares – Relatório Figueiredo: Etnocídios e Normaticídios; 7º mito: Os primeiros brasileiros da história são os Indígenas (GONZAGA KAIOWÁ, 2022).

Também os estudos da Cosmopolítica (STENGERS, 2010; LA CADENA, 2019) e Perspectivismo Indígena (VIVEIROS DE CASTRO, 1996) possuem caráter decolonial, assim como, no âmbito de estudos sobre metodologias, as pesquisas de Linda Tuhiwai Smith, pensadora maori, visam a proposição de fundamentos para o uso de metodologias inspiradas nos princípios dos povos originários da Nova Zelândia (SMITH, 2018).

Sobre o uso dos conceitos Decolonialidade ou Descolonialidade, existe um debate que considera sua origem e aspectos de posicionamento político e simbólico. A utilização do termo decolonial parte do grupo Modernidade/Colonialidade, formado por pesquisadores(as) latino-americanos que buscavam criar uma alternativa do Sul aos estudos pós-coloniais de base europeia (BALLESTRIN, 2013).

Silvia Rivera Cusicanqui (2010), intelectual, ativista e como se autodenomina, *sochóloga*⁵, faz algumas críticas aos estudos decoloniais, especialmente no que se refere ao descompasso entre as reflexões intelectuais e a dimensão prática da ação política. Inspirada em sua cultura aimará ela propõe o conceito *ch'ixi*, manchados, aquilo que surge da convivência de opostos que não se mesclam, como os indígenas, que têm lastros sócio-históricos, estigmas no corpo e na condição social da colonização, mas que mantêm sua identidade e uma relação dialética sem síntese com sociedades que surgiram após a colonização, característica essa que a autora vê como um potencial emancipador (RIVERA CUSICANQUI, 2010).

Outra crítica que ela faz se refere ao uso da palavra decolonial ao invés de descolonial, que se daria pela influência sobre o grupo Modernidade/Colonialidade das pesquisas norte-americanas que utilizariam *decoloniality*, qual uma “ventriloquia de conceitos e teorias copiadas do Norte” (RIVERA CUSICANQUI, 2010, p. 73).

Sobre esse ponto, para Catherine Walsh, integrante do referido grupo e intelectual-militante junto a movimentos indígenas e afrodescendentes no Equador, a supressão da letra “s” é adotada porque:

Suprimir o “s” e nomear “decolonial” não é promover um anglicismo. Pelo contrário, pretende marcar uma distinção com o significado em castelhano do ‘des’ no que pode ser entendido como um simples desarmar, desfazer ou reverter o colonial. Quer dizer, passar de um momento colonial a um não colonial, como se fosse possível que seus padrões e marcas deixassem de existir. Com este jogo linguístico, busco pôr em evidência que não existe um estado nulo da colonialidade, senão posturas, posicionamentos, horizontes e projetos de resistir, transgredir, intervir, in-surgir, criar e influenciar. O decolonial denota, então, um

⁵ Um neologismo que mistura as palavras socióloga e chola (mulher de descendência indígena ou mestiça que usa roupas tradicionais quíchua e/ou aimará) fazendo referência à reação de Cusicanqui ao ouvir uma provocação de um colega sobre suas pesquisas e decide se apropriar do termo e assim se autodenominar (ABREU; HASHIGUTI, 2022).

caminho contínuo de luta no qual se pode identificar, visibilizar e encorajar 'lugares' de exterioridade e construções alter-(n)ativas" (WALSH, 2017, p. 25, tradução nossa).

Assim, a decolonialidade representa uma estratégia que implica em deixar de ser colonizado, apontando novos caminhos, partindo de um posicionamento de exterioridade, causada pelas violências raciais, sociais, epistêmicas e existenciais vivenciadas, sendo um "projeto não de incorporação, inclusão ou superação - tampouco simplesmente de resistência - e sim, a reconstrução ou refundação de condições radicalmente diferentes de existência, conhecimento e poder, que poderiam contribuir para a edificação de sociedades diferentes" (WALSH, 2009, p. 55, tradução nossa).

Um espaço que poderia ser incubador de construções dessas alternativas seria a universidade⁶. Entretanto, o ensino superior no território chamado brasileiro, teve início com a vinda da família real portuguesa, em 1808, objetivando estabelecer no vice-reino instituições centralizadoras, mantenedoras e reprodutoras do domínio cultural do sistema colonial (SCHWARCZ, 1993). Essa perspectiva colonial e depois de colonialidade no pensar e no fazer universitário brasileiro perdurou mesmo com a proclamação da independência, em que a criação de uma elite intelectual autônoma "foi limitada pela consolidação de um pensamento social brasileiro que permaneceu colonizado, importando teorias europeias para interpretação negativa da diferença étnico-racial da sociedade brasileira" (SILVA, 2017, p. 234), buscando diferenciar-se dos demais países de Abiyala e aproximando-se dos modelos europeus de conhecimento (SCHWARCZ, 1993).

Com isso, ao se importar teorias europeias, estavam importando conjuntamente as perspectivas da Colonialidade e Modernidade, da hegemonia do pensamento europeu e o entendimento do lugar da Europa e da ciência europeia como Eu superior, aceitando assim a sua dominação epistemológica (RAMOS, 1995).

Durante o século XX, o processo de desenvolvimento da universidade brasileira herdou essa tradição de conhecimento acadêmico eurocentrado, colonialista positivista e racista, sendo "instituída sob uma relação de escrita/conhecimento europeu e silêncio negro/indígena" (SILVA, 2017, p. 240) reproduzindo e perpetuando a Colonialidade, sendo a pesquisa científica, a organização curricular, a estrutura administrativa, perpassadas ela, tornando-se instrumentos de dominação e de discriminação (SILVA, 2017). Isso também se aplica aos conhecimentos dos povos indígenas, como afirma Krenak:

o que nós sentimos ao longo desse tempo é que tudo que o branco pôde saber sobre nós foi usado contra nós... Mas eu sempre fico com a desconfiança de que o motor deste estudo e pesquisa não é nenhuma paixão muito espiritual, é um esforço de dominação, controle e manipulação... (KRENAK *et al*, 1994, p. 14).

Sobre os conhecimentos indígenas no meio acadêmico e científico também vale a reflexão de Dussel (2016, p. 62): "essas culturas foram, em parte, colonizadas, mas a maior

⁶ Usamos a palavra universidade "para significar o sistema de ensino superior, compreendendo, pois, os estabelecimentos de ensino superior com sua função específica de ensino, ou de ensino, pesquisa e extensão integradamente" (SILVA; SILVÉRIO, 2003, p. 43).

parte de suas estruturas de valores foram sobretudo excluídas, desprezadas, negadas, ignoradas mais do que aniquiladas”, e como diz Krenak (2019, p. 13):

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover.

Diante disso, ao buscarmos modos de entender e de fazer pesquisa que estejam abertos à diversidade dos povos indígenas, suas cosmologias, epistemologias e aos seus conhecimentos ancestrais, que sofreram e sofrem esses processos de invisibilização, subalternização e obliteração, e que também estejam engajados às suas lutas, queremos apoiar a ampliação da presença indígena, através do respeito e do reconhecimento, e ainda mais na ocupação de espaços em diversos âmbitos, descolonizando as estruturas que causam sua exclusão, como o ambiente acadêmico.

Depoimentos

A seguir, apresentamos, através da pesquisa narrativa (CLANDININ; CONNELLY, 2011; SAHAGOFF, 2015), 3 depoimentos de vivências decolonizantes no âmbito da pesquisa, acompanhados de algumas fotos dos momentos citados. A primeira narrada por pesquisador não indígena, a segunda e terceira por pesquisadoras indígenas.

Depoimento sobre a Pesquisa de Doutorado com estudantes indígenas

A nossa pesquisa de doutorado intitulada “Processos Educativos do Centro de Culturas Indígenas: indiagem, acolhimento, desafio e conquista na Universidade Federal de São Carlos” e contou com 15 participantes-pesquisadores(as) indígenas pertencentes aos povos Atikum, Baniwa, Baré, Kokama, Pankararu, Pataxó, Tariana, Tikuna e Tupinikim e 1 pesquisador não indígena, sendo o objeto de estudo os processos educativos presentes nas práticas sociais do coletivo formado por estudantes indígenas, o CCI.

A presença indígena na UFSCar teve início em 2007 com o ingresso dos(as) primeiros(as) indígenas e o CCI foi criado a partir da articulação dos(as) próprios(as) estudantes indígenas, através de sua mobilização para a conquista de um espaço físico para reuniões, o que ocorreu em 2013, na sala 9 do AT01, no Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), no *campus* de São Carlos.

Foi ali que tive o primeiro contato com eles(as), em 2019, quando fui pedir ajuda sobre bibliografia para minha pesquisa de doutorado que iria se dedicar às práticas educativas da Casa dos Solteiros do povo Xavante, da aldeia Etenhiritipá, no Mato Grosso do Sul, a convite do cacique Jurandir Siridwe Xavante, temática que foi alterada devido à eclosão da pandemia COVID-19 e na suspensão da entrada dos jovens na tal casa e aos protocolos sanitários sobre a entrada de não indígena na comunidade.

Naquele encontro, os(as) integrantes do CCI apresentaram algumas inquietações e demandas sobre o registro das atividades e da história do coletivo, especialmente pensando em passar esses conhecimentos acumulados para as futuras gerações de indígenas naquela universidade, para não terem que começar do zero como as primárias turmas. Combinamos de escrever algo juntos, talvez um artigo que abordasse o CCI.

Com a pandemia e o forçoso abandono da temática da educação originária Xavante, lembrei da conversa com os(as) estudantes indígenas e, aconselhado pelo professor Luiz Gonçalves Júnior e com a concordância de minha orientadora Professora Maria Waldenez de Oliveira, propus às lideranças do CCI fazermos a pesquisa de doutorado sobre suas vivências no coletivo e na universidade, o que após ser discutido com os(as) demais integrantes, foi aceito.

Com isso vemos que a pesquisa já começou com o intuito de atender demandas dos(as) estudantes indígenas, através do encontro, do diálogo e do acolhimento, que desde o início senti muito forte da parte deles(as).

Assim marcamos a primeira roda de conversa, para definirmos como seria a pesquisa, item por item. Tudo era debatido e aprovado ou não coletivamente. Realizamos a segunda e terceira roda de conversa, todas remotamente, devido à já citada pandemia. Participei de diversas reuniões online, apoiando na organização da VI e da VII Semana do Estudante Indígena da UFSCar (SEI), evento anual mais importante promovido pelo CCI, com grande força decolonizadora, já que traz para o ambiente universitário palestrantes indígenas, realizando oficinas de grafismo e línguas indígenas, venda de artes de diferentes povos, parte gastronômica originária e competição esportiva com a disputa do Torneio Pajé. Participei como colaborador da edição remota em 2020 e da edição híbrida em 2022, fazendo observação participante para a pesquisa. Também realizamos entrevistas, uma com uma liderança e uma com uma participante.

Todo esse material foi organizado e transcrito por mim e analisado coletivamente com os(as) 15 participantes indígenas. Usamos inicialmente a pesquisa qualitativa participante e a inspiração fenomenológica como metodologias. mas percebemos que estávamos criando algo diferente metodologicamente, só não sabíamos o que exatamente naquele momento.

Foi então que realizamos o exame de qualificação, no qual uma das estudantes indígenas, Uara Pataxó, fez a apresentação comigo, algo incomum, que para nós marcava o nosso posicionamento sobre a questão da presença indígena na universidade e o seu papel que devia ser protagonista. Na qualificação um dos membros da banca externa, o professor Gersem Luciano Baniwa nos alertou que aquilo que estávamos fazendo ia além da pesquisa qualitativa participante, sugerindo que seria uma pesquisa colaborativa em coautoria e dizendo também que, apesar da pesquisa ter uma estrutura decolonial, faltava ainda descolonizar a metodologia.

Essa sua fala nos tocou profundamente, pois percebemos que, apesar de utilizarmos diversos(as) autores(as) indígenas na fundamentação teórica da tese e nos inspirarmos em práticas indígenas no fazer da pesquisa, o nosso referencial metodológico era todo eurocêntrico, inclusive a nossa apresentação na qualificação seguiu os padrões acadêmicos positivistas, com uso de *slides*.

Isso nos levou a debatermos como seria possível decolonizarmos e aldearmos isso também e passamos a buscar metodologias indígenas, o que logo descobrimos que não seria tarefa fácil, pois mesmo sabendo que elas existem e são bastante usadas, principalmente em escolas indígenas, para a educação diferenciada, poucas estão registradas em forma de texto e as que estão, encontram-se em materiais de circulação local.

Nessa época estava acontecendo a VII SEI, e nela, juntamente com outros(as) palestrantes indígenas, tivemos o privilégio de ouvir Dona Liça Pataxó, que nos falou sobre o *Tehêy*, metodologia de ensino e de aprendizagem desenvolvida por ela e utilizada na escola indígena Muã Mimãtxi, em Minas Gerais, inspirada por Niamisũ em um sonho acordada, como depois nos

contou, que se baseia na prática ancestral de pesca das mulheres e crianças de seu povo Pataxó, tornando-se uma pescaria de conhecimentos. Encontramos ali a metodologia indígena que procurávamos!



Imagem 1: Criação do Tehêy da pesquisa na sala do CCI. Fonte: (AQUINO PEREIRA *et al.*, 2022).

Como entre os(as) participantes de nossa pesquisa tínhamos duas indígenas do povo Pataxó, elas nos ajudaram a entender melhor o Tehêy e fizemos uma entrevista com a Dona Liça, que foi degravada e utilizada por nós para adaptar essa metodologia educativa como metodologia de pesquisa, através da qual ressignificamos todos os elementos da nossa tese, inclusive as nossas funções dentro dela, tornando além de sua forma, a sua essência indígena, em que participantes se tornaram pesquisadores(as) e coautores(as), sentando-se juntos(as), indígena e não indígenas, e desenhando cada qual com sua ancestralidade, confeccionaram o Tehêy da pesquisa, que foi a base da apresentação da defesa, finalizando um processo de decolonização do pensar e do agir que durou 4 anos e gerou frutos decolonizantes.



Imagem 2: Tehêy da pesquisa de doutorado. Fonte: (AQUINO PEREIRA *et al.*, 2022).

Em atendimento às demandas apresentadas pelos(as) estudantes indígenas na pesquisa, analisamos a presença/ausência indígena na universidade e criamos o Projeto Aldear a Pós da UFSCar, com a realização de oficinas para elaboração de projetos de pesquisa, orientações individuais, apoio para inscrição nos processos seletivos da Pós-Graduação e para a preparação da arguição. Também fundamos o grupo de pesquisa “Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e estudos de Indigagem Abiyala (NALDEIA), que promove o encontro de estudantes indígenas para apresentarem suas pesquisas, lerem e debaterem bibliografia de autores(as) indígenas e não indígenas decoloniais, produzirem e publicarem artigos científicos e na promoção de eventos acadêmicos, reforçando e revisibilizando a presença intelectual indígena na universidade e no meio acadêmico.

Sei que os espaços de ausência indígena nas universidades vão muito além da presença numérica, mas entendo que essa é a primeira barreira a ser rompida. A UFSCar foi pioneira no ingresso de indígenas e é referência nesse âmbito na graduação, com ações como o Vestibular Indígena que apoiam sua vinda. Os programas de Pós-Graduação, no entanto, são ainda um espaço a ser conquistado, assim como os currículos dos diversos cursos. Ao final de nossa pesquisa apresentamos uma carta de sugestões, com ações práticas para apoiar institucionalmente a presença indígena na universidade. Também nos mobilizamos com o projeto e o grupo de pesquisa, que apoiou o ingresso no mestrado de três estudantes indígenas, uma a primeira indígena no PPG de Ciência da Informação e dois no PPG de Educação, que não contava com indígenas desde 2017. Apoiamos também a publicação de diversos artigos em revistas nacionais e internacionais, que surgiram dos debates nos encontros do NALDEIA, inclusive este.

Finalmente, entendo que todas essas nossas ações são coerentes com os resultados dessa nossa pesquisa de doutorado, decolonial e decolonizante, que em seus resultados concluiu que a presença indígena nas universidades é uma oportunidade ímpar para a decolonização da própria universidade e da comunidade universitária, aproveitando a diversidade trazida pelos(as) estudantes indígenas aos seus *campi*, para aprender com eles(as) a conviver e a respeitar as diferenças, a dialogar, a acolher, a lutar pela nossa identidade e nossos direitos, a valorizar todas as formas de vida, ter uma relação equilibrada com o planeta e entre nós, como ensina o Bem-Viver, aprendermos os conhecimentos da ancestralidade, milenarmente construídos e invisibilizados, e assim produzirmos uma educação que seja decolonial e intercultural.

Depoimento de participante sobre o grupo de pesquisa NALDEIA

Ao reconhecer e vivenciar a ausência da presença indígena na pós-graduação, e obter um conhecimento mais aprofundado da situação em que a universidade se encontrava em relação a estas demandas, que até o momento no ano de 2022, as Ações Afirmativas caminhavam para implantação. Dos programas de pós-graduação existentes na UFSCar 17 programas não apresentam ações afirmativas, 2 apresentavam ações afirmativas sem incluir indígenas, 3 reservam vagas étnicas sem diferenciação de vagas para indígenas e negros; 2 reservam vagas indistintamente para indígenas, negros, pessoas com deficiência e pessoas trans; 7 reservam 1 vaga especificamente para indígenas; 1 programa possui 1 vaga com acesso em processo seletivo específico para indígenas. Tendo em vista a escassez da representatividade e ocupação desse espaço, fica evidente a necessidade urgente de implementação, e criação de estratégias de permanência para nós estudantes indígenas que sequer sabíamos que era possível sonhar com a demarcação de um território de expansão de saberes e subir mais um degrau da carreira acadêmica, que até então já é muito desafiador no âmbito da graduação, o coletivo em diálogo com professores, propõem o envio de uma carta com sugestões para a Pró-reitora de Pós-Graduação da UFSCar, pontuando algumas possíveis estratégias para melhorar o acesso de indígenas em todos os programas de pós-graduação. No entanto, não obtivemos respostas concretas e efetivas

não apenas de ingresso, mas também que possibilitem a permanência na universidade ao ingressar.

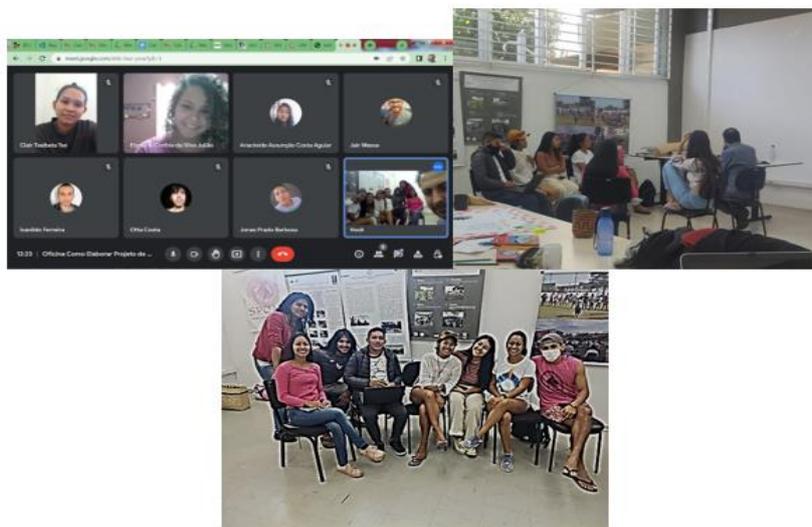


Imagem 3: 1ª oficina do projeto “Aldear a Pós da UFSCar”. Fonte: Arquivo nosso.

Meu primeiro contato com propostas de decolonização do pensamento crítico, empoderamento da nossa escrita, antes mesmo da criação do grupo de pesquisa NALDEIA, foi através das “Oficinas para pós-graduação”, ministradas pelo Prof. Marcos Aquino entre Setembro de 2022 a Março de 2023, no qual era composto em conjunto com estudantes indígenas, formando um grupo de apoio e incentivo ao ingresso de estudantes indígenas na pós graduação dar suporte na elaboração de projetos, que foi de grande importância para o despertar dos nossos olhares e esperar de realizar mais uma conquista coletiva, ainda que fosse representada por um ou mais parentes ocupando esse espaço de luta e representatividade.



Imagem 4: Cartazes das Oficinas do projeto “Aldear a Pós-da UFSCar”. Fonte: Arquivo nosso.

O "Núcleo de Ação Libertadora Decolonial e Estudos de Indigam Abiyala" (NALDEIA) iniciou seus trabalhos em junho de 2023 a partir de diálogos entre Professores/as e Estudantes Indígenas e não Indígenas vinculados da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sobretudo ao Centro de Culturas Indígenas (CCI), empenhados/as em fortalecer pessoas, identidades, filosofias, estudos (inclusive envolvendo ingresso e permanência na graduação e pós-graduação), da comunidade indígena participante da UFSCar, pautados nos princípios do bem-viver, da ecologia de saberes, da decolonialidade, da interculturalidade e das ações afirmativas.

O NALDEIA surgiu a partir das demandas e necessidades apresentadas pelos(as) estudantes indígenas do Centro de Culturas Indígenas (CCI) em pesquisa de doutorado do PPGE/UFSCar, intitulada: "Processos educativos do Centro de Culturas Indígenas: indiagem, acolhimento, desafio e conquista na Universidade Federal de São Carlos" por Marcos José Pereira de Aquino em 2022, sob orientação de Maria Waldenez de Oliveira, Tese feita com estudantes indígenas do CCI/UFSCar com pioneiro uso da metodologia do *Tehey*, de Dona Liça Pataxoop; com a proposta de ser um espaço para o estudo, a reflexão, o debate e a divulgação no meio acadêmico sobre conhecimentos indígenas, apoiando a formação de pesquisadores(as) indígenas.

Os objetivos do grupo são: Estudar obras de autores(as) indígenas; Pesquisar sobre temáticas indígenas, seus conhecimentos, práticas, epistemologias e filosofias; Apoiar estudantes indígenas nas suas apresentações em eventos acadêmicos, na escrita e publicação de artigos científicos; Organizar e promover eventos acadêmicos; Ser um espaço de educação intercultural na UFSCar.

Temos como linhas de pesquisa: Estudos de Indiagem: Estudo dos processos de afirmação e reafirmação das identidades indígenas e do sentimento de pertencimento às comunidades indígenas. Fortalecimento dos princípios do bem-viver, da ecologia de saberes, da decolonialidade e das ações afirmativas.

Práticas Sociais Indígenas e Processos Educativos Pesquisas em práticas sociais indígenas de: combate ao racismo, educação e política ambiental, educação indígena diferenciada. Identificação e compreensão de processos educativos próprios destas práticas, do educar e educar-se constituindo os/as pesquisadores/as e participantes das pesquisas em comunidade de trabalho.

Motricidades Indígenas: Estudos das Motricidades Indígenas: jogos, lutas, danças, festas, cantos, histórias, rituais e criações artísticas com características próprias de povos/comunidades indígenas, que envolvem tradição, resistência, manutenção ou transformação de tais manifestações. A diversidade de experiências dessas práticas configura-se de forma particular tanto na sua execução como na sua intencionalidade no processo cotidiano de viver-a-vida, em perspectiva decolonial.

Bem-Viver Interespécie: Refletir, debater, pesquisar o Bem-Viver Interespécies, entendendo-o como anúncio de uma ética de solidariedade, empatia e alteridade entre Seres-Humanos e Seres-Animais. Para tal, concebemos a possibilidade da interconexão conceitual entre Bem-Viver (uma epistemologia do sul por excelência de povos indígenas latino-americanos) e os Estudos Críticos Animais. Pauta-se também nos estudos decoloniais e reconhecemos a pluralidade conceitual e política no campo de ativismo relacionado a causa animal.

Nesses nove meses de atividades do grupo de pesquisa NALDEIA, realizamos 9 encontros e pudemos colher os frutos do protagonismo indígena na produção de conhecimento ancestral em âmbito acadêmico, de maneira coletiva e intercultural, dentre eles podemos citar: 1 artigo em revista nacional publicado e 1 artigo em revista internacional em vias de publicação, 1 artigo aceito para publicação e 1 artigo em análise; 1 artigo jornalístico publicado em jornal regional; 7 apresentações das pesquisas concluídas ou em andamento de estudantes indígenas nos encontros do NALDEIA; 1 comunicação na Semana do Estudante Indígena; 6 textos de autores(as) indígenas estudados; 3 estudantes indígenas do NALDEIA no mestrado.



Imagem 5: Cartazes dos encontros do NALDEIA. Fonte: Arquivo nosso.

Acompanhar o desenvolvimento do projeto “Aldear a Pós da UFSCar”, e fazer este exercício de relembrar a nossa trajetória coletiva até aqui, reconhecendo e reafirmando a nossa presença, bem como deixar caminhos abertos para os próximos que virão, relatando que a cada passo dado com sua significância individual e coletiva, cada trabalho escrito e publicado e a cada um dos 9 encontros realizados, estamos cada vez mais próximos da nossa ancestralidade, embora muito distantes do nosso lugar de origem, da nossa terra mãe-aldeia.

A presença indígena na universidade se mantém muito desafiadora, e por ser assim, dificulta que possamos enxergar o caminho com clareza e esperança, afinal, para muitos de nós chegar até aqui já é uma grande vitória. Mas somos ousados e vamos além, amparados pelos nossos ancestrais, pela família que nos acolhe, pelo trabalho duro, resiliência junto aos nossos parentes indígenas que nos cercam, e com parceiros não indígenas que surgem no caminho.

Ao apoiar o ingresso de indígenas nos programas pós-graduação e estamos fazendo uma reparação social e histórica, ao mesmo tempo que recebemos este apoio de base que é muito significativo como o auxílio para elaboração e escrita de projetos de pesquisa, interpretação dos editais, bem como o entendimento dos processos seletivos, promover a produção acadêmica pensando na possibilidade de inscrição futura nos programas de pós graduação, agrega grande valor, uma vez que nos possibilita ter uma melhor preparação e familiarização com a linguagem acadêmica que não estamos habituados, e até mesmo minimizar a barreira entre a língua do colonizador e as diversas línguas maternas; nos aproximar de escritores indígenas, suas narrativas e ideias, a fim de construir um pensamento crítico e empoderado da nossa realidade atual e onde queremos chegar. O projeto de colonização pós-invasão, ainda ativo de forma sutil procura homogeneizar a nossa terra, ditar a utilidade dos conhecimentos, suprimir e reprimir a diversidade dos povos originários, em favor de um conhecimento eurocêntrico com caráter de epistemicídio cultural e político, desperdiçando muita experiência intelectual, filosófica e social. É devido a esta não presença e ocupação de lugar de fala que estamos lutando a cada dia para que as nossas narrativas sejam ouvidas, lidas, apreciadas e difundidas, a educação é uma das nossas maiores ferramentas de luta, em defesa do Bem-viver de cada povo que ainda resiste em Abiyala.

Sendo através de grupos de pesquisa como NALDEIA, primeiro grupo de pesquisa formado por estudantes indígenas a nível de graduação, que tem como objetivo dar vida ao projeto “Aldear a Pós da UFSCar”, que vamos conseguir usar ferramentas anticoloniais, e decolonizadoras, para enfrentar o racismo estrutural e institucional declarado em sua não resposta aos nossos questionamentos e apontamentos, que vamos construir caminhos e abrir portas, para ocupar e aldear a pós-graduação da UFSCar, e de todos os lugares que almejamos estar com propósito de melhorias para o nosso povo e reconhecimento dos nossos saberes como ciência milenar.



Imagem 6: Encontros do grupo de pesquisa NALDEIA. Fonte: Arquivo nosso.

Depoimento sobre uso do Tehêy na defesa do TCC de uma estudante indígena

O meu trabalho de conclusão de curso intitulado: Indígenas com deficiência educação superior brasileira: Revisão sistemática (2019 a 2023), surgiu através da percepção da ausência de estudantes indígenas com deficiência no ensino superior, essa ausência foi notada por mim desde o primeiro ano do curso, nesse percurso houve muitas trocas de tema, de foco, de objetivo, mas que no fim sempre estavam ligados a essa problemática, ter contato com a universidade e ser parte de um grupo considerado minoria na sociedade, nos aproxima das cotas de ações afirmativas, e a importância das mesmas, sendo elas o nosso principal meio de acesso à educação superior. Diante disso, quanto mais eu estudava sobre essas cotas, sobre os direitos desses grupos minoritários mais eu me sentia envolvida com a pesquisa, foi aí que decidi estudar essas ausências, baseado no pensamento do sociólogo Boaventura, que fala da sociologia das ausências, tal sociologia tem como foco estudar essas lacunas presentes na trazê-las de volta para a sociedade, fui aprimorando essa questão até o momento de decidir pesquisar realmente sobre isso.

A ideia de usar o *Tehêy* se deu pelas discussões realizadas no NALDEIA, visto que, nos encontros debatemos sobre obras de autores indígenas, que tratam da descolonização, levando também a verdadeira história dos povos Indígenas, dentre essas obras surgiram os debates sobre as várias formas de descolonizar a universidade, ao mesmo tempo que mostramos a riqueza dessas metodologias indígenas na academia, uma delas é a Metodologia *Tehêy*, originária do povo Pataxó, quando percebi a beleza e o impacto que o uso *Tehêy* pode causar em um ambiente habitado em sua maioria por não indígenas e carente de outras minorias decidi realizar esse ato de resistências, e o uso de uma mitologia indígena nesse espaço é um ato de resistência, é uma forma de descolonização, de desmistificar mitos sobre os povos indígenas e acima de tudo uma vitória para nós povos indígenas, que resistimos a mais de 1.500 anos, lutando por uma educação do nosso jeito, com metodologias, currículo e materiais adaptados para nossas culturas. Por esses

e outros motivos decidi usar o *Tehêy* na defesa do TCC, sendo a primeira indígena a defender um Trabalho de Conclusão de Curso com uma metodologia indígena na Universidade Federal de São Carlos.

Nos últimos dias antes da defesa comecei a fazer o meu *Tehêy*, tive a ajuda de dois parentes e estudantes da UFSCar, aos quais serei eternamente grata por toda ajuda e partilha de conhecimentos, o Fagner, do povo Pankararu, e estudante do curso de Gestão e Análise Ambiental (UFSCar), e pelo André Kimiu Araujo Reis, do povo Piratapuya e estudante do curso de Pedagogia (UFSCar), sendo eles coautores do nosso *Tehêy*, que foram feitos em três dias, para mim uma das melhores partes do *Tehêy* é justamente a construção, onde temos a oportunidade de juntarmos saberes de povos diferentes, ligando-os ao mesmo tema/contexto, com desenhos simbólicos de cada povo, como foi feito no nosso, nele está presente Atikum, Piratapuya e Pankararu, onde duas regiões diferentes se encontram e compartilham seus saberes e costumes ancestrais, Amazonas e Nordeste.



Imagem 7: Nosso *Tehêy* em construção, a pesca dos conhecimentos. Fonte: Arquivo nosso.

A construção foi realizada em dois locais, iniciou-se no Centro de Culturas Indígenas, no At 1, sala 09 na UFSCar, onde demos os primeiros passos, realizando o esboço dos desenhos, ao mesmo tempo dialogamos fazendo ligações entre: Contexto Indígena; Educação Especial, Conhecimentos e costumes de povos diferentes e Conhecimentos e costumes da universidade, enfatizando as diferenças e semelhanças entres esses tópicos, sem esquecer de tratar principalmente do fato estarmos decolonizando a defesa e a universidade com o *Tehêy* bem como a própria pesquisa, diante disso, tivemos o cuidado em priorizar mais os costumes específicos indígenas do que os conhecimentos da universidade. Foi levado a sério desde o início o real sentido e significado de um *Tehêy*, como a própria dona Liça enfatiza, bem colorido, com desenhos que sejam simbólicos e sejam narrados para os ouvintes, e acima de tudo que as falas tenham ligação com esses desenhos. Acredito que cumpri com o objetivo do *Tehêy*, pois, a defesa foi bem aceita e elogiada, não só pela banca, mas por todos ali presentes.



Imagem 8: Tehêy do TCC finalizado. Fonte: Arquivo nosso.

Esse é o resultado do nosso *Tehêy*, usado na defesa, realizado em três dias, com três indígenas na sua construção. No dia da defesa do trabalho, ao final, foi explicado aos ouvintes e a banca cada desenho do nosso *Tehêy*, indico a leitura na íntegra para os interessados nessas explicações, mas, trazendo um pouco sobre ela, a fim de instigar os leitores/as, destaco a importância e o símbolo da onça e suas pegadas em todo o *Tehêy*, notem que a onça está “descansando” no canto da cartolina, e suas pegadas param também no local onde ela está, a onça representa o movimento indígena, suas pegadas representam o percurso percorrido por esse movimento desde a invasão até os dias atuais. Esse animal é de grande valorização para nós povos indígenas sua beleza, sua força, e seus significados ancestrais me levaram a escolhê-la para representar esse movimento indígena, o fato da onça está deitada significa que estamos cansados de tanto lutar por algo que é nosso por direito, e por isso destaca-se a bandeira do Brasil abaixo dela, pois, o Brasil deve reconhecer e valorizar essa luta. O ato de descansar, da onça não significa que estamos adormecidos, pelo contrário, a cada dia achamos uma nova de nos reerguermos, nos unirmos e assim resistirmos, e esse passo dado por mim na UFSCar só reforça o quanto tem sido válida essa luta.

Eu, como uma estudante indígena, que defendi meu TCC na UFSCar usando a metodologia indígena *Tehêy* pela primeira vez. Foi um momento de grande significado para mim e acredito que para todos os meus parentes, aos que já se foram nas lutas para que eu pudesse chegar aonde estou hoje, fazendo história para todos nós, e para aqueles que ainda lutam, resistem, por educação inclusiva, e que nos valorize. Ao usar o *Tehêy*, não apenas apresentei meu trabalho acadêmico, mas também trouxe a rica cultura e tradição do meu povo, do povo Pataxó, Pankararu, Piratapuya e dos conhecimentos e tradições indígenas no geral, para o ambiente acadêmico. Isso foi importante por várias razões. Primeiro, mostrou a validade e a relevância das metodologias indígenas no contexto acadêmico, sendo este um ambiente eurocêntrico e carente da presença e diversidade indígena, bem como suas metodologias e modelos próprios relacionados à educação. Segundo, reforçou a importância da inclusão e do respeito à diversidade cultural na academia.

E finalmente, serviu como um lembrete poderoso de que o conhecimento vem em muitas formas e de muitas culturas, e todos eles têm um lugar na busca pelo entendimento e pela verdade, acima de tudo, tive a oportunidade de mostrar que nós indígenas somos plenamente capazes de usar nossas metodologias no ambiente acadêmico, e isso não nos invalida ou nos diminui neste espaço, pelo contrário, elas são válidas, importantes e ricas quanto as metodologias ocidentais dos não indígenas, esse acontecimento foi um ato de descolonização. Eu me senti orgulhosa e inspirada ao defender meu TCC, levando também os conhecimentos indígenas. Foi um passo

importante para a descolonização do conhecimento e um exemplo brilhante do que pode ser alcançado quando abrimos nossas mentes para diferentes formas de saber, e quando nós estudantes indígenas temos o poder de termos ações como essas estamos cada vez mais afirmando aquilo que nossos ancestrais e anciãos já falavam e falam a anos, que a educação é um direito, mas tem que ser do nosso jeito. Nós evoluímos, deixando de ser os sujeitos de pesquisa para nos tornarmos os pesquisadores como ensina Linda Tuhiwai.

Considerações Finais

Quando refletimos sobre as relações entre educação, pesquisa e decolonialidade somos confrontados(as) com realidades complexas permeadas pela Colonialidade e Modernidade, que muitas vezes criam filtros que impedem ou distorcem a nossa percepção de quanto os nossos sistemas de ensino e os procedimentos e fundamentos de nossas pesquisas são colonizados, eurocentrismo, racializados, discriminatórios e excludentes.

A proposta do Giro Decolonial, de ser uma reação epistemológica e política à Colonialidade e Modernidade e a seus efeitos, deve ser uma fonte constante de questionamentos, sobre porque, para quê, para quem, de onde e com quem estamos educando e pesquisando, entendendo que essas duas práticas, em um olhar decolonial e libertador estão intrinsecamente interligadas.

Decolonialidade, Descolonialidade, Estudos Anticoloniais, *Ch'ixi*, Cosmopolítica, Perspectivismo Indígena, entre outros, são caminhos na busca pela compreensão, enfrentamento e suplantação dessas realidades colonizadas, que aqueles(as) que os quiserem seguir e cumprir seu intento, precisam assumir um compromisso com os grupos excluídos de Abiyala, não como objetos ou sujeitos da pesquisa ou dos processos educativos, mas antes, como pessoas, como seres humanos, que sofrem e que têm necessidades, demandas, sonhos.

Os povos indígenas do continente enfrentaram e enfrentam violências físicas, materiais e simbólicas desde 1492, com a invasão e guerra de conquista de seus territórios por europeus, genocídios e epistemicídios, doenças e subnutrição, roubo de seus territórios, bens e corpos, tentativa de invisibilização sua, de suas culturas e conhecimentos e racismos de diversos tipos. A tudo isso resistiram e resistem. Ainda assim compartilham com o restante da humanidade seus saberes ancestrais, suas visões de mundo e práticas que lhes permitiram manter uma relação equilibrada com os demais seres vivos e com o planeta e entre si por milhares de anos.

Saberes e práticas essas que estão na exterioridade da Colonialidade e Modernidade, por lhe serem anteriores e resistirem a elas, tornando-se alternativas que as interpelam e podem se mostrar meios de as superar, abrindo novas perspectivas, pautadas no Bem-viver.

Nesse contexto, a educação e a pesquisa produzidas a partir de Abiyala, que tenham perspectiva decolonial, têm muito o que aprender com os povos originários, garantindo-lhes o devido reconhecimento e valor, atuando na promoção da sua revisibilização e de

seus povos através de ações que incentivem a atuação protagonista de indígenas como pesquisadores(as), professores(as), autores(as) e intelectuais, considerando as suas demandas e se preocupando com o retorno e os benefícios que as pesquisas e a educação podem trazer para as suas vidas e para suas comunidades, no enfrentamento dos problemas reais do cotidiano.

Percebemos nos depoimentos sobre as 3 vivências decolonizantes e pela nossa experiência em pesquisa decolonial, alguns pontos em comum que podem nos servir como pistas para sulear o nosso pesquisar, não apenas com indígenas, mas com grupos populares, reflexão que merece aprofundamentos, mas que aqui apresentaremos de forma sintética:

a) ter o envolvimento e o engajamento das pessoas do grupo que participa da pesquisa desde o início, com poder de decisão; b) ser feito com os(as) participantes o levantamento das necessidades e demandas de seu grupo de forma direta e objetiva; c) ter honestidade e realismo quanto às possibilidades e aos limites que a pesquisa/processo educativo pode oferecer no atendimento a essas demandas e tê-las como foco das ações; d) definir metodologias coerentes com o grupo social, se possível partindo de suas tradições, visões e práticas, priorizar autores(as) do Sul Epistêmico, especialmente invisibilizados historicamente: indígenas, negros(as), ribeirinhos(as), camponeses, mulheres e outros grupos discriminados; e) ter como fundamento o diálogo e a construção coletiva, evitando hierarquização e dicotomização entre participante e pesquisador(a) e preferindo divisão por funções. Todos(as) são pesquisadores(as) todos(as) são participantes, cada um(a) contribuindo com suas possibilidades; f) garantir o reconhecimento à origem dos conhecimentos produzidos, com a utilização da coautoria e incentivo ao registro e divulgação acadêmica das produções pelos(as) participantes; g) Ter sempre em mente os desafios de descolonizar o olhar e a prática de todos(as) que participam, das análises e do que é produzido; h) reavaliar o que tem sido feito e os resultados, corrigindo e traçando novas rotas se preciso; e i) em caso de dúvida, impasse ou dificuldade voltar o olhar para os conhecimentos e práticas do grupo social, no caso de povos originários, para sua ancestralidade.

A importância de atos decolonizantes como esses na universidade reside na necessidade de desconstruir as estruturas e práticas educacionais que perpetuam as visões de mundos eurocêntricos e excludentes para os povos indígenas. Estes atos buscam valorizar saberes, culturas e histórias que foram marginalizadas, invisibilizadas e silenciadas pelo processo colonial, chamado pelos não indígenas de "Descoberta", como uma ideia de que fizeram mudanças positivas na terra hoje chamada de Brasil.

No contexto universitário, majoritariamente habitado por indivíduos brancos e privilegiados, os estudantes indígenas desempenham um papel crucial, nessa longa jornada de decolonização, trazendo perspectivas diversas e enriquecedoras que desafiam as narrativas dominantes e contribuem para a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo e representativo, que valorize a diversidade. Para o movimento indígena esses atos são vitórias, pois, mostra que, aos poucos estamos retomando os nossos territórios, recuperando saberes ancestrais, desconstruindo ideias ultrapassadas sobre nossos modos de vivências, costumes, línguas e tradições, é um troca, entre os saberes da academia e os saberes ancestrais, que nem sempre é fácil ou aceita, mas que, está aos

poucos sendo conquistada.

A presença e participação ativa desses(as) estudantes indígenas nesse ambiente é fundamental para promover além da diversidade cultural, a quebra de estereótipos, a ruptura do preconceito sobre nós indígenas, a falsa história de descoberta, e o pluralismo epistemológico, são esses elementos essenciais para uma educação verdadeiramente transformadora e decolonial.

A educação sempre foi e sempre será uma importante ferramenta decolonizadora, de libertação das nossas mentes para que possam pensar além da perspectiva do corpo-território invadido, iremos continuar a esperar para avançar, mas também lutar e trilhar os caminhos na realização pessoal e profissional, com o pressuposto de que uma vez que mostrarmos que é possível a indígenas alcançarem os lugares que foram negados, se tornando as sementes que foram sopradas para longe da árvore-mãe, qual sonho dos(a) nossos ancestrais, novas árvores que crescidas, farão sombra aos viajantes nômades que há gerações lutam para ocupar esse lugar de direito. Como diz o Cacique Marcos Xukuru "Diga ao povo que avance!". Avançaremos e resistiremos!

Entendemos assim, que somente partindo daqueles(as) que resistiram, que lutam diariamente e enfrentam as realidades de injustiça e opressão, perpassadas pela Colonialidade e Modernidade, como os povos indígenas de Abiyala, poderemos transformar o nosso pesquisar e o ato de educar, em pesquisa e educação decolonizadas, decolonizantes, humanizadas e humanizantes, que atuem na construção de uma nova realidade.

Referências

- ABREU, T. E. de; HASHIGUTI, S. T. Resenha do livro Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores, de Silvia Rivera Cusicanqui. **Polifonia**, Cuiabá-MT, V29(53), pp. 178-183, jan. - mar. 2022.
- AQUINO PEREIRA, M. J. de *et al.* **Processos Educativos do Centro de Culturas Indígenas**: indiagem, acolhimento, desafio e conquista na Universidade Federal de São Carlos. Tese de Doutorado, Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2022.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, (11), pp. 89-117, maio – ago. 2013
- BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos**: a experiência da partilha através da pesquisa em educação (a experiência da pesquisa no trabalho do educador). São Paulo: Cortez, 2003.
- CLANDININ, D. J.; CONELLY, F. M. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.
- DUSSEL, E.. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Soc. estado**, Brasília, V31(1), pp. 51-73, abril 2016. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100051&lng=en&nrm=iso

GONZAGA KAIOWÁ, A. de A. **Decolonialismo indígena**, Série Leituras Críticas Importam. São Paulo: Matrioska, 2022.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomani**. São Paulo: Cia. das Letras, 2015.

KRENAK, A.; PINTO, E. A.; SANTOS, L. C. dos; EPEGA, S. M. Etnografia: identidades reflexivas. *In*: SILVA, V. G. da; REIS, L. V.; SILVA, J. C. (org). **Antropologia e seus espelhos: a etnografia vista pelos observados**. FFLCH/USP, 1994, pp. 11-52.

LA CADENA, M. Cosmopolítica nos Andes. Reflexões conceituais para além da política. **Maloca Revista de Estudos Indígenas**. Campinas, V(2) , pp. 1 - 37, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOUEL, R. (org.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar/Universidad Central-IESCO/Siglo del Hombre Editores, 2007, pp. 127-167.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, (80), pp. 71-114, mar. 2008. Disponível em: <http://www.kilombagem.net.br/wp-content/uploads/2015/07/MALDONADO-TORRES-Topologia-do-Ser.pdf>

MIGNOLO, W. "La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso". **Tabula Rasa**, Bogotá, (8) pp. 243-282, 2008.

_____. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, V32(94), pp. 1-18, 2017.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina/ CES, 2009, pp. 73-117.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, B. de S; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina/ CES, 2009, p. 23-71.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SAHAGOFF, A. P. Pesquisa narrativa: uma metodologia para compreender a experiência humana. *In*: SEMANA DE EXTENSÃO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – SEPESQ, 11, 19 a 23 de out. de 2015. **Anais...** Centro Universitário Ritter dos Reis. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/files/sepesq/arquivos_trabalhos/3612/879/1013.pdf>.

Acesso em: 23 fev. 2024.

SILVA, N. M. C. da. Universidade no Brasil: colonialismo, colonialidade e descolonização numa perspectiva negra. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V3(3), pp. 233-257, out. 2017.

SILVA, P. B. G. e; SILVÉRIO, V. R. **Educação e ações afirmativas**: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SMITH, L. T. **Descolonizando metodologias**: pesquisa e povos indígenas. Tradução: Roberto G. Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 2018.

STENGERS, I. **Cosmopolitics I**. The science Wars. London: University of Minnesota Press, 2010.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: Luchas (de)coloniales de nuestra época. Universidad Andina Simón Bolívar. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2009.

----- **Pedagogías Decoloniales**. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)vivir. Serie Pensamiento Decolonial. Editora Abya-Yala. Quito, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, V2(2), pp. 115-144, 1996.

Recebido em: 04/03/2024

Aprovado em: 02/08/2024